



MEMÓRIA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA

REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA – 2021

Aos três dias do mês de dezembro de 2021, das 10 às 12 horas, realizou-se por via videoconferência a 47ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2021. Estavam presentes os representantes das seguintes instituições: Bruno Sergio Galatti (MPPR), Penélope Gama (PF), Hillene de Cassia Sbalqueiro Silva Meira (TRE), Victor Lima dos Passos (TCE), Francisco Bignardi (RFB), Maurício Kalache (MPPR), Ney da Nóbrega Ribas (OSB), Pedro Carmona (Celepar), Daniele Talamini (AGU), Campolin Torres (SESP), Antonio Silva Junior (RFB), José William Gomes (CGU), Mara Denise Vasselai (CGE), Yohhan Garcia de Souza (CGE), Mozart Person Fuchs (PF), Patricia Valgrande Augusto (CGE), Victor Hugo Ribeiro Florentino dos Santos (SEJUF), Igor de Paula e Luiz Castro. A sessão foi presidida pelo Coordenador Executivo, Maurício Kalache e secretariada pelo Ministério Público do Estado do Paraná.

Maurício Kalache (MPPR), como Coordenador Executivo, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou e agradeceu a participação de todos e todas. Preliminarmente, submeteu aos membros do colegiado a aprovação da Ata da 46ª Reunião Ordinária, que teve anuência plena.

José William (CGU) informou que foi removido para a cidade de Recife-PE e, em razão disso, não participará mais das reuniões da Rede de Controle do Estado do Paraná. Despediu-se e agradeceu a todos pelo aprendizado nesse tempo como integrante do Colegiado.

Maurício Kalache (MPPR) agradeceu o trabalho e o comprometimento de José William no tempo em que integrou a Rede de Controle. Ademais, informou que, durante o ano de 2021, foram realizadas onze reuniões ordinárias e quatro extraordinárias, além das diversas reuniões das comissões temáticas. Na mesma oportunidade, sugeriu aos colegas uma modificação na periodicidade das reuniões da Rede, para que, em vez de mensais, voltassem a ser bimestrais. Com essa mudança,



os integrantes poderiam intensificar a participação nas reuniões das comissões temáticas e também discutir temas locais, aprofundando o planejamento institucional da Rede. Ninguém se opôs. Após isso, o Dr. Maurício Kalache submeteu os integrantes a outro ponto a ser aprovado pela Rede: a possibilidade de o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná integrar como partícipe a Rede de Controle. Não houve manifestação em contrário, sendo que foi considerada aprovada a admissão do Tribunal de Justiça na Rede. Enfatizou, ainda, que a resposta formal de anuência do Colegiado se daria no dia oito de dezembro de dois mil e vinte e um, no evento de celebração ao Dia de Combate à Corrupção, e que seria formalizada a adesão, com o termo de aditamento, no momento oportuno. Afirmou que considera um ganho bastante significativo o Tribunal de Justiça na Rede, e ressaltou que não haverá a atuação como órgão jurisdicional, e sim como órgão da Administração Pública Direta do Estado, com experiência e necessidades, em busca da eficiência e de atender ao interesse público.

Bruno Sergio Galatti (MPPR) externou acerca da visão moderna da justiça em se fazer uma integração com os demais órgãos, o que considera muito importante.

Maurício Kalache (MPPR) justificou as ausências de Luiz Gustavo e de Luciano de Souza, em razão da participação em outra reunião e por doença na família, respectivamente. Passou, então, para o próximo item da pauta: palestra "**Governo Digital**" com a apresentação de Cláudio Chauke Nehme, do Gartner.

Pedro Carmona (Celepar) fez a apresentação de Marco Lúcio Leitenski, diretor do Gartner, e de Cláudio Chauke Nehme. Disse que a apresentação trataria do governo digital e do futuro para o qual a Rede está se planejando.

Penélope Gama (PF) também fez uma apresentação de Cláudio Chauke Nehme aos integrantes da Rede e, na mesma oportunidade, ressaltou a importância da multidisciplinaridade no planejamento estratégico e a necessidade de ouvir alguém de fora para se ter um conhecimento sob outra perspectiva.

Cláudio Chauke Nehme (Gartner) iniciou a palestra dizendo que o governo é o ente observado pelo controle. Retoricamente, questionou: como se encara o governo no mundo digital e qual o papel do controle nisso? Para onde o Estado brasileiro segue?



Afirmou que uma sociedade digital tem avanços importantes diante da ética digital e que o maior desafio é o crescimento. Enfatizou que o controle em si tem suas políticas e diretrizes, e quando se fala em Rede, tem-se referência, troca de experiências, inteligência coletiva, gestão de conhecimento e debates sobre questões similares. Para ele, a Rede fomenta debates importantes que a operação do dia a dia não permite. Governo digital significa que todo o cidadão tem expectativa de se relacionar com o Estado de uma forma simples, com acesso fácil e que facilite a vida dele. A coisa pública deve ser desenhada conforme a necessidade do cidadão e um ponto fundamental é a continuidade de serviços. Ressaltou que uma plataforma de governo não pode depender de uma só pasta, pois coisas boas se perdem, inclusive o recurso público e o valor para o cidadão. O ideal é entender que qualquer solução é multidisciplinar, por isso da necessidade de haver engajamento entre todos. Assim, se um integrante sai de um grupo, não há desfalque, pois há várias pastas integradas. Uma pergunta a se fazer é: para onde a Rede gostaria de ir e que contribuição quer deixar para os órgãos de controle? É preciso entregar valor à sociedade, ao Estado e, principalmente, ao cidadão. Qualquer planejamento estratégico deve apresentar proposição de valor. Pontuou que “negócios adaptativos” significa arquitetar para atingir a resiliência, entender e se adaptar às mudanças, explorar as disrupções, orquestrar os próprios resultados, descobrir quando as mudanças precisam acontecer, usar unidades de negócio autônomas para responderem criativamente, entre outros. Afirmou, também, que as informações devem ser corretamente coletadas para analisar se já existe caso parecido, considerando que isso encurta o processo decisório e recursos. Alegou que a diversidade demanda planos alternativos. Expôs que, por meio de indicadores, é possível saber se o governo está fugindo ou não do padrão de regularidade. Quanto à estratégia adaptativa, afirmou que adaptabilidade é inteligência, é a capacidade de se ajustar às novas condições e que uma abordagem de controle que não é adaptativa pode acarretar impactos inesperados. Ademais, a estratégia adaptativa é baseada em quatro práticas principais: (i) não se pode passar muito tempo planejando; (ii) a execução deve se iniciar assim que possível; (iii) deve haver envolvimento de todos os membros na estratégia; e (iv) deve-se considerar que cada um olha por um prisma. Após, abriu para perguntas e comentários.



Penélope Gama (PF) parabenizou Cláudio pela apresentação e perguntou até que ponto a forma organizacional atrapalha a adaptação às realidades e a resposta às mudanças, considerando o ambiente de imprevisibilidade.

Cláudio Chauke Nehme (Gartner) salientou que as mudanças estruturais e conceituais dependem, não só do mundo digital, mas também do engajamento dos principais membros das organizações.

Penélope Gama (PF) questionou, também, como trazer essa nova acepção de ideias para a rotina, tendo em vista a participação dos integrantes da Rede.

Cláudio Chauke Nehme (Gartner) disse que o Estado precisa se repensar organizacionalmente, sobre o que mudar e como operar.

Maurício Kalache (MPPR) enfatizou que muitos são os desafios no âmbito das instituições, sendo um deles a forma diferente na investidura da liderança. Como exemplo, citou que alguns órgãos do Poder Executivo se alternam durante uma gestão. Há uma certa dificuldade quando há muitos integrantes de diversos órgãos.

Bruno Sergio Galatti (MPPR) parabenizou Cláudio pela apresentação e afirmou que, estruturalmente, somos um Estado atrasado e que o grande avanço tecnológico geraria um risco à democracia, considerando que a população mais desassistida teria dificuldade de acompanhar esse avanço. Assim, questionou como está sendo tratado o assunto da popularização e democratização de ferramentas.

Cláudio Chauke Nehme (Gartner) apontou que todos precisam de bem-estar, segurança, saúde, desenvolvimento econômico, e que isso tem a ver com conceito de plataforma. Não se pode desenvolver uma solução pensando em uma só parte. Os programas de governo devem ser integrados, senão não haverá resultados. Deve-se ter clareza das propostas e da proposição de valor a ser questionada.

Francisco Bignardi (RFB) também parabenizou Cláudio pela apresentação e afirmou que, antes da inclusão digital, deve ser feita a cultural, para as pessoas entenderem o que fazer numa inclusão digital, e questionou sobre como se faria a inclusão cultural.

Cláudio Chauke Nehme (Gartner) afirmou que não dá para separar uma coisa da outra. A adaptação traz motivação e desafios. Um ensina o outro. É preciso utilizar



outra abordagem, refazer a estratégia. O objetivo do movimento é entender o outro e chegar num lugar em comum. Para ele, não é possível mudar a cultura só com trabalho massivo em cima das pessoas, e sim, precisa ter um norte, motivar e trabalhar os desafios juntos.

Maurício Kalache (MPPR) agradeceu a presença de Cláudio em nome de todos os integrantes da Rede. Agradeceu, também, ao Gartner, por ter permitido a participação de Cláudio na reunião. Ressaltou a importância do amadurecimento do comportamento enquanto Instituições e Rede, afirmando que todos têm vocação para o moderno, no tempo de suas organizações.

Bruno Sergio Galatti (MPPR) externou acerca da necessidade, para a próxima reunião, de discussão sobre a Portaria nº 1141, do Ministério da Economia, que trata sobre os portais de transparência. Frisou que essa portaria identifica as verbas federais de forma mais clara.

Ney da Nóbrega Ribas (OSB) apresentou os dados atualizados do Projeto Força Tarefa Cidadã: 2.400 Municípios foram avaliados na transparência ativa e 500, na transparência passiva. Concordou com a necessidade de discussão acerca da Portaria nº 1141, do Ministério da Economia. Pontuou que os Portais da Transparência cumprem formalidades, mas não dão o efetivo acesso a informações.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

DELIBERAÇÕES

nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Assinatura do Termo de Adesão do Tribunal de Justiça do Paraná ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 2009, da Rede de Controle da Gestão Pública, no evento “I Encontro do Judiciário Paranaense Contra a Corrupção”	Maurício Kalache	08/12/2021